

O Direito À Diversidade Socioambiental como Utopia Andino- Amazônica no Século XXI

Thomas A. Mitschein¹

Belém, PA, 2023

¹ Thomas A. Mitschein – Sociólogo. Coordenador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento da Universidade Federal do Pará. Dr. Phil, Universidade de Muenster, Alemanha. Professor do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. Experiência de mais de 20 anos em Programas de pesquisa, ensino e extensão com comunidades rurais e urbanas da Amazônia.

I

Historicamente, o Estado na América Latina se torna demiurgo desenvolvimentista a partir da crise dos regimes oligárquicos que, depois da independência política no início do século XIX, têm consolidado a função do subcontinente como fornecedor de matérias-primas no âmbito da divisão internacional de trabalho. Sofrendo as consequências das interrupções dos fluxos económicos internacionais, ocasionadas pelas duas guerras mundiais, estes regimes perdem a sua capacidade de garantir a reprodução da síntese social e acabam sendo substituídos por governos nacional-populistas. Estes, por sua vez, encontram a sua âncora política em blocos sociais cujos representantes entendem o Estado como instrumento indispensável para "matar dois coelhos com uma cajadada só", a saber: ampliar e diversificar a base produtiva do país e levar em conta os anseios dos setores populares por justiça social.

Desta maneira, o desenvolvimentismo se posiciona, de um lado, contra uma elite oligárquica que define a sua identidade cultural a partir do passado colonial², aceita o seu papel como *counterpart* do capital estrangeiro e trata a questão social como uma "questão de polícia" (Washington Luis, Presidente do Brasil 1926-1930). Por outro, abre as janelas para os ventos da modernização industrial, insiste na criação de mais emprego, ocupação e renda, mas, além de não colocar em prática a prometida modernidade, leva, repetidas vezes, à posse de governos de exceção que visam à neutralização da organização política das classes populares, dificultando, desta maneira, a constituição de uma esfera pública como palco de exercício da cidadania.

² Segundo José Carlos Mariátegui (cit. em Mires 1980, p. 32, tradução TM), certamente o pensador mais original entre os marxistas latino-americanos dos anos 20 do século passado, "a história nacional (do Peru) começa para todos os nossos historiadores com a história colonial. Mesmo se não formularem isto de forma explícita, para o seu sentimento a história dos índios é pré-nacional. O conservadorismo consegue reconhecer apenas uma única identidade peruana: aquela que foi formada por Espanha e Roma."

No entanto o que os regimes oligárquicos e os desenvolvimentistas, apesar de suas profundas diferenças, têm em comum é a negação clara e aberta dos modos de vida autóctones que se reproduzem à margem da relação político-econômica entre metrópole e periferia. Se as novas elites nacionais dos regimes oligárquicos desprezaram, por exemplo, a civilização andina dos tempos pré-colombianos, isto se explica pela sua identificação com o passado colonial³. E se os protagonistas da modernização até hoje não costumam perder tempo com a consideração das relações altamente sinérgicas que muitos povos tradicionais têm desenvolvido com o seu meio natural em ecossistemas altamente complexos e delicados, isto se deve ao axioma modernizante segundo o qual os modos de vida que não se enquadram nos moldes da racionalidade instrumental representam obstáculos para o futuro e, conseqüentemente, para o progresso social e econômico da nação.

No entanto, por mais que as sociedades latino-americanas possam tentar reprimir a história de sua colonização e as experiências traumáticas que ela proporcionou; já que não se deixa extirpar como um simples tumor ela sobrevive nas profundidades da consciência coletiva e, em momentos aparentemente calmos, nos quais ninguém está esperando por turbulência alguma, porém, pode vir a tona e se manifestar como a explosão de um vulcão. Nos países andinos, a crescente mobilização dos povos ancestrais e a sua capacidade de transformar a sua memória num referencial para definir e reivindicar anseios e perspectivas futuros, bem como a sua entrada no palco político, em seus respectivos ambientes nacionais, refletem, nitidamente, esta dinâmica histórica que escapa, obviamente, do foco das bussolas positivistas. Desta memória faz parte a cosmovisão andina que Julio Valladolid (1993, p. 78) aborda, magistralmente, com as seguintes palavras:

³ Do ponto de vista dos seus estilos de vida, estas elites podem ser chamadas de "herodistas" (Arnold Toynbee): Viviam, como Herodes, com os pés em Israel e com a cabeça em Roma.

"La Cosmovisión Andina es otra manera de "vivir" el mundo inicia con la llegada del hombre a los Andes hace 20. 000 años. (...) Eneste medio natural de gran densidad, diversidad e variabilidad climática y con los suelos de relieve accidentado, tuvo lugar un prolongado proceso de interacciones entre un medio pluri ecológico y variable con las múltiples etnias que aún les habitan. Como consecuencia de ello se desarrolló un modo de "ver" y sobre todo de "vivir" y "sentir" el mundo, que si bien es singular en cada lugar, tiene características generales que en conjunto tipifican este modo de concebir la vida. Para los andinos el mundo es a totalidad viva. No se comprende a las partes separadas del todo (...) Esta totalidad está confirmada por la comunidad natural pluri ecológica constituida por el suelo, clima, água, animales, plantas y todo el paisaje en general, por la comunidad humana multiétnica que comprende a los diferentes pueblos que viven en los Andes y por la comunidad de deidades telúnicas e celestes, a quienes se reconoce el carácter de Huaca, de sagrado en el sentido de tenerles mayor respeto, por haber vivido y visto mucho más y por haber acompañado a nuestros ancestros, porque nos acompaña y acompañará a los hijos de nuestros hijos. Estas comunidades se encuentran relacionadas a través de un continuo y activo dialogo, reciprocidad e efectiva redistribución. Cada comunidad es equivalente a cualquier otra: tienen todos el mismo valor, ninguna vale más y por lo tanto todas son importantes, merecen respeto y consideración (...).

Desprezada tanto pelas elites oligárquicas como pelos protagonistas da modernização, esta cosmovisão do Planalto Andino mantém acesa a chama da diversidade ambiental e sociocultural como fonte de vida. Ao insistir na constituição de "*uma harmonía com bienestar para todas las comunidades de la naturaleza*" (ibid, p. 81), se posiciona contra a cosmologia ocidental que encara a planta, simplesmente, como uma "máquina transformadora de energia" (ibid, p. 70) e procura, desde os tempos de Francis Bacon (1561-1626) "extrair da natureza, sob tortura, todos os seus segredos." (cit. in: Capra 1982, p. 52)

É importante realçar que a cosmovisão andina acabou influenciando a nova Carta Magna do Equador que reconhece, explicitamente, a natureza como sujeito de direito (Acosta 2008). Aqui se pode alegar que, na América Latina, há tantos direitos constitucionais que estão sendo desrespeitados e, por esta razão neste caso específico, dificilmente, haveria diferença. Trata-se de um raciocínio entendível. No entanto, o que ele negligencia, é que o conteúdo da nova constituição equatoriana reflete, em grande parte, o despertar e as

lutas político-culturais das populações ancestrais deste país. Neste sentido a sua verdade não se enquadra na tradição filosófica do *adaequatio intellectus atque rei*. A sua verdade é subversiva pelo fato de ansiar pela implementação de relações sociais emancipadas que, no início deste século XXI e, mais especificamente no contexto andino-amazónico, estão intrinsecamente ligadas à necessidade imperiosa de fazer da utopia do direito à diversidade sociocultural uma realidade concreta. Por outro lado pelo fato de representarem menos do que 1% da população da Pan-Amazônia, os indígenas desta região não "acumularam" o poder político dos seus irmãos andinos que, como mostra a história recente do Equador e da Bolívia, "tiram e põem" presidentes com uma velocidade que impressiona o mundo inteiro. Entretanto, apesar disso, não pode haver dúvida que mesmo na Amazônia, eles conseguiram, sobretudo em aqueles que dizem respeito à demarcação e à defesa de suas terras, aumentar consideravelmente o seu poder de barganha frente às instituições públicas. Neste sentido, no início deste século XXI, as populações indígenas tanto do Planalto Andino como da Planície Amazônica são, em sua grande maioria, protagonistas *sui generis* das lutas pela proteção da diversidade socioecológica. Estas lutas, por sua vez, fazem parte de um contexto global cujos atores que dispõem de poder político e econômico continuam, via de regra, avançando para todos os cantos deste planeta com o seu "evangelho da racionalidade instrumental.

II

Diferentemente do Planalto Andino, a Amazônia, se abstrairmos do seu rápido "*intermezzo do boom*" da borracha, passa somente a partir dos anos sessenta do século passado por um processo de integração mais sistemática ao sistema econômico global.

Mesmo considerando que os militares dos países que compartilham a região levantaram cedo a questão de sua segurança enquanto parte integral e inviolável do território nacional, as abordagens geopolíticas se tornaram algo mais concreto e factível apenas no momento em que os imperativos

econômicos dos polos centrais da acumulação exigiram a definição de novas políticas, nas quais a ocupação definitiva do espaço amazônico, a então "periferia não-integrada" (Berta Becker), acabou alcançando o *status* de uma empreitada promissória. Esta tendência ganhou contornos paradigmáticos no Brasil que, além de dispor da economia mais potente e dinâmica de toda a América Latina, abocanha dois terços da Bacia Amazônica, um território de 4.982.000 km² que, pela sua baixa densidade populacional, acabou atraindo, através de vias espontâneas e dirigidas, uma parte da população excedente de outras regiões do país. Esta transferência dos "homens sem-terra para a terra sem homens" serviu, certamente, como instrumento de mitigação das tensões sociais no Sul, no Sudeste ou no Nordeste do Brasil. No entanto, o ponto crucial da valorização estratégica e econômica da Amazônia estava ligado, primordialmente, aos gargalos que enfrentou a industrialização retardatária do país. Neste contexto, vale lembrar o "II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para a Amazônia 1975- 1979" (Sudam 1976, p. 52) onde podemos ler:

"A política de desenvolvimento, no caso da Amazônia, consideradas as características do quadro de recursos naturais em que opera a economia regional, orientar-se-á para a consecução do objetivo maior do II PND, isto é, a manutenção de altas taxas do PIB, através de ampla contribuição em relação ao setor de comércio exterior. Em relação a esse objetivo, a Região de Fronteira Tropical pode contribuir significativamente através de geração de divisas, resultantes de exportações; de economia de divisas, produzindo insumos básicos para a Região Centro-Sul, hoje importados; e finalmente pela liberação de produto exportável, comprometida hoje por demanda interna."

Nestes termos, a política desenvolvimentista brasileira expressa sua ligação à teoria do ciclo de endividamento (Chenery, Strout 1966) que parte do princípio de que a aplicação produtiva de financiamentos externos gera um volume exportável de bens pelo qual o futuro pagamento do principal e dos juros dos créditos tomados pode ser garantido. Pelo menos nos anos 70, este enfoque veio ao encontro da crescente disponibilidade de capital dinheiro no setor bancário transnacional gerada, por sua vez, pela queda da taxa de lucro nos países industrializados e a conseqüente redução dos investimentos

produtivos nesta parte do mundo, bem como pelo aumento dos preços do petróleo bruto por parte dos membros da OPEC. Tudo isto acabou levando a uma oferta de recursos financeiros privados com custo extremamente baixos. Desta maneira, juntaram-se a "fome com a vontade de comer" o setor financeiro internacional correndo atrás de aplicações rentáveis no mundo inteiro e o Brasil tentando acelerar a sua entrada definitiva no clube dos países altamente industrializados.

Por outro lado, os planejadores brasileiros estavam, sem sombra de dúvida conscientes do fato de que a sua estratégia de priorizar, na Amazônia projetos minerais, agropecuários, madeireiros, hidroelétricos, etc, dotados segundo eles, por vantagens competitivas no âmbito da economia (inter)nacional, traria, fatalmente, desequilíbrios para a sociedade regional. Realçaram que estes precisavam ser corrigidos por intervenções da política pública para que a Região pudesse "participar das vantagens e utilidades que cederá ao país e ao exterior" (ibid, p. 56). No entanto, a partir da crise da dívida externa que eclode em 1982 e coincide com a democratização dos sistemas políticos do Brasil e dos outros países da América Latina, ganham forma força políticas neoliberais que submetem o Estado nacional a um forte tratamento de emagrecimento fazendo com que o então poderoso "colonizador" da fronteira amazônica não dispusesse dos recursos técnico-financeiros para colocar em prática a anunciada correção dos desequilíbrios socioeconômicos e ambientais. Em consequência disso, a Amazônia, cantada em verso e prosa nos anos 60 e 70 como Região solução dos problemas do desenvolvimento brasileiro, entra na contramão de um processo de profunda polarização socioespacial⁴, por sua

4 A título de exemplo: No Pará, um dos palcos principais do Modelo Amazônico de Desenvolvimento do mencionado II Plano de Desenvolvimento Nacional, os Municípios de Barcarena, Parauapebas e Oriximiná, pelo de fato de concentrarem uma grande parte das atividades mineradoras deste Estado, contribuíram em 2003 com 12,3% para seu PIB abrigando apenas 2,9% do seu efetivo demográfico. No mesmo ano as mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó, nas quais viviam no ano de referência, respectivamente, 23% e 6% de toda população do Pará, produziram somente 12% e 3% do PIB. No entanto o fato de que os mencionados Municípios representem, no âmbito da socioeconomia paraense, polos de crescimento, não garante avanços substanciais na superação de suas profundas mazelas sociais. Em 2000, as suas taxas de analfabetismo eram maiores do

vez, responsável pela configuração de um cenário de destruição da natureza interna e externa dos amazônidas que envolve: tensões permanentes e choques violentos entre os mais diversos atores sociais (pecuaristas, madeireiros, sem-terra, populações tradicionais, pequenos produtores rurais, mineradoras etc.) que estão disputando a apropriação dos recursos naturais;

- um crescente êxodo rural que se traduz na informalização do trabalho e na favelização dos espaços nas zonas urbanas e, *last but not least*, altas taxas de desmatamento que transformaram o Brasil no maior emissor de gases de carbono causados pela destruição de florestas tropicais.

III

Foi no final dos anos 80, no âmbito da preparação e da realização da ECO 92, que o Grupo dos Sete Países Mais Industrializados (G7) descobriu a importância do Trópico Úmido para o futuro da humanidade. A partir daí, acabou lançando, com o "Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil", uma série de iniciativas (projetos de pesquisa, projetos demonstrativos etc.) que, sem dúvida alguma, foram relevantes para a discussão do desenvolvimento sustentável no contexto regional. No entanto, pouco contribuíram para reverter as tendências da destruição socioambiental na Amazônia. Aliás, por uma razão muito clara. Reservaram este desafio aos agentes públicos do Brasil que, na última década do século XX, ainda estavam enfrentando, a duras penas, os impactos da crise da dívida externa. Em consequência disso, encontraram-se, na discussão sobre o futuro das florestas tropicais, entre a cruz e a espada. De um lado, precisava se relacionar com movimentos ecológicos que lhes cobravam, por razões óbvias, mais presença no contexto amazônico, deixando bem claro que políticas de controle ambiental e de desenvolvimento sustentável em uma região de dimensões continentais, dificilmente poderiam ser implementadas com um Estado minimalista. Por

que a de Soure, Município situado na Ilha de Marajó que tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Pará (Mitschein, Chaves 2008).

outro, não podiam tapar os ouvidos diante das exigências dos grão-mestres do sistema financeiro internacional que deixavam bem claro o que esperavam de governos dos países em desenvolvimento: políticas de contenção dos gastos públicos para ampliar o raio de ação dos agentes de mercado. Em consequência disso, as instancias públicas do Brasil (e obviamente dos outros países que compartilham a Bacia Amazônica) enfrentaram dois tipos de demanda que só poderiam atender simultaneamente se soubessem "chupar cana e assobiar" ao mesmo tempo. Como não sabiam, tendiam a seguir, na prática, as receitas que vinha do lado econômico, pela própria pressão que este exercia. Além disso adotaram, no auge da hegemonia neoliberal, o discurso sobre a necessidade do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Faz parte da complexidade deste quadro que os projetos pilotos financiados, em grande parte, com recursos externos, incentivaram no próprio contexto regional, abordagens críticas sobre os efeitos uniformizantes da civilização moderna que levaram, inclusive, à intensificação de estudos e discussões sobre as formas pelas quais as populações nativas da Amazônia manejavam e manejam os recursos do seu meio natural e sobre a possível importância de suas práticas históricas para o mundo contemporâneo. Faço questão de mencionar, neste contexto, o antropólogo norte-americano Darrel Posey (1984, 1992) então no Museu Paraense Emílio Goeldi, o geógrafo colombiano Conrado Benhur Cero Solarte (1990) da Universidade de Nariño que, em sua tese de conclusão do Curso Internacional de Formação de Especialistas Universitário os recursos do se práticas históricas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas - FIPAM VII, realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), aborda, de maneira brilhante, o manejo sustentável da floresta tropical pelos indígenas Awa Kwaiker e o agrônomo paraense Pedro Saviniano Miranda (1993, 1996, 1999) que, com o apoio de pesquisadores e técnicos locais, concebeu, no âmbito do Programa Pobreza e Meio Ambiente (POEMA) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), um Sistema Agroflorestal (SAF) que "tomou de empréstimo" alguns aspectos da agricultura do povo Kayapó. O SAF do POEMA, chamado de "agricultura em andares", foi testado em diversos

Municípios do Pará. E se tornou, no âmbito da cooperação entre o Brasil e o Equador, um insumo importante para a elaboração de um Sistema Agroflorestal para o Parque Sangay (Rivas 2000), envolvendo os indígenas Shuar da Província de Morona Santiago. (Marchán Brito 2000).

Tratam-se de iniciativas que começavam a brotar como sementes numa época, na qual uma boa parte das faculdades agrárias da região ainda referenciava a "revolução verde" como "solução padrão" e onde os defensores do "progresso a qualquer custo" costumavam denunciar atores regionais que tivessem a ousadia de criticar as modalidades e a dinâmica da ocupação da Amazônia, como quinta coluna dos países industrializados.

IV

Os governos da Venezuela, do Brasil, da Bolívia e do Equador responsáveis por 81,38% da Bacia Amazônica, herdaram um quadro complexo de expressivas tendências de polarização socioespacial. Faz parte disso um quadro onde, em países como Equador e Brasil, as "Amazônias" ganharam, de maneira crescente, importância para a reprodução de suas economias nacionais.

No caso equatoriano, a sociedade toda depende do "ouro negro" do oriente (Varca 1995) e no Brasil, somente o Pará, ganha, através do setor mineral principalmente, "*hard cash*" para o país inteiro. Hoje, estes projetos são fatos consumados para qualquer governo. Pode-se discutir, até, à partilha dos seus lucros entre o Estado nacional e os territórios onde funcionam. Mas, certamente, não a questão do seu "*to be or not to be*".

Além disso, por mais que os governos de Hugo Chaves, Lula, Evo Morales e Rafael Correa tenham sido eleitos pela sua oposição às estratégias neoliberais; o discurso sobre a necessidade de resgatar o Estado como regulador efetivo das relações sociais não desfaz nem a lógica do

funcionamento de uma sociedade altamente excludente nem as imposições do sistema económico global⁵.

No que diz respeito a estas últimas, a partir da atual crise económica que partiu dos Estados Unidos e acabou afetando a assim chamada *global village* como um todo, elas, certamente, não favorecem o raio de ação dos atuais governos latino-americanos de centro-esquerda.

Mas mesmo partindo da hipótese de que, apesar de todas estas inponderabilidades, o elenco das instituições públicas esteja, a médio prazo, ganhando musculatura técnica e financeira será, que este Estado que supera a anemia que as receitas neoliberais lhe causaram, não terá melhores condições para combater os profundos desequilíbrios socioeconômicos e ecológicos que a ocupação da Amazônia tem proporcionado? Trata-se de uma esperança que tem que ser avaliada com cautela. Ela, dificilmente, ganha substância na medida em que as políticas governamentais não ultrapassem o viés desenvolvimentista e o seu projeto de realizar “cinquenta anos de progresso socioeconómico em cinco”. Neste caso, o Estado fortalecido, do ponto de vista de sua capacidade de intervenção, não proporcionará sustentabilidade maior entre sociedade e natureza. Pelo contrário, o que as experiências do desenvolvimento retardatário mostram, com nitidez, que nestes processos o Estado assume o papel do colonizador para dentro que, em nome do progresso da nação, passa, de acordo com os seus planos centralizados, por cima das diversidades socioculturais e ambientais dos territórios locais/regionais.

Neste sentido, os Estados latino-americanos de um modo geral e, sobretudo, aqueles que compartilham a Bacia Amazônica, encontram-se numa encruzilhada histórica: Ou seguem o caminho desenvolvimentista que, no

⁵ Mesmo considerando que iniciadas como o Programa Bolsa Família no Brasil aumentaram nos últimos anos consideravelmente, as transferências financeiras para a população de baixa renda; em 2006, o Governo Federal desembolsou 36,7% dos recursos do Orçamento da União para o pagamento dos encargos da dívida interna externa e apenas 7,25% para as pastas da saúde, da educação e do meio ambiente.

decorrer de sua trajetória, revelou-se como um cheque sem fundo para a maior parte da população do subcontinente e gerou, num curto prazo de tempo, sequências extremamente prejudiciais para o maior centro da diversidade biológica e cultural deste planeta, ou investem a sua energia na implementação e na consolidação de um projeto político inovador, capaz de enfrentar concomitantemente, dois desafios cruciais: no âmbito de suas respectivas fronteiras nacionais definem e implementam estratégias que inter-relacionam, o prioridade máxima, a redução das flagrantes desigualdades sociais com estabelecimento de relações mais sustentáveis entre os homens e o seu meio. E no contexto Pan-Amazônico/ latino-americano insistem na criação de instituições financeiras autônomas, meios de comunicação independentes, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais, um sistema de segurança militar e a ampliação e o aprimoramento das capacidades técnico-científicas. Em favor da segunda alternativa que visa à consolidação de perspectivas operacionais de cooperação inter-regional, há dois argumentos fundamentais: 1. Considerando que, do ponto de vista ecológico, a Bacia Amazônica é uma realidade indivisível a sua administração sustentável depende de parcerias estreitas entre os estados que a ocupam; 2. Nenhum dos Estados envolvidos – e isto vale, também, para o Brasil que, “gigante pela própria natureza”, abocanha dois terços da Amazônia – tem condições para superar a dinâmica do cenário de destruição socioambiental individualmente.

Por outro lado, no que diz respeito à segunda opção, ela precisa ser colocada em prática entre vizinhos bastante desiguais do ponto de vista de suas estruturas socioeconômicas e de suas capacidades de produção. Basta mencionar que o Brasil gera um PIB de aproximadamente trinta vezes maior do que o do Equador. Contudo, se a viabilização de um bloco regional pode ser considerada, em tese, instrumento de combate à polarização socioespacial que a lógica do desenvolvimento desigual (re)produz, neste caso é preciso definir e fazer valer políticas inter-regionais que procurem superar o princípio do tratamento igual dos desiguais que, abstraindo de raras exceções, prevalece no sistema econômico global. Um sistema, aliás, que, fatalmente, privilegia os países economicamente mais fortes, já que impede o estabelecimento de um

fair trade, que deve garantir, de qualquer maneira para todos os envolvidos, o pagamento dos custos do processo produtivo, levando em conta uma reprodução digna da mão de obra bem como as necessidades da regeneração dos recursos naturais aproveitados. Partimos do princípio de que há, fundamentalmente, duas razões para que os pesos pesados da socioeconomia latino-americana levem a sério a definição e a implementação de regras de reciprocidade com os mais frágeis. Primeiro, considerando que o contexto internacional está-se tornando cada vez mais complexo e competitivo, a criação de blocos regionais se tornou um desafio imperativo que, dificilmente, será enfrentado com êxito se os menos iguais se sentirem tratados de acordo com o igualitarismo da lei que, como diria Anatole France, 'proíbe' tanto aos ricos como aos pobres de mendigarem na rua, roubarem pão ou dormirem em baixo das pontes.

Segundo, regras de reciprocidade entre desiguais são, ao mesmo tempo, de fundamental importância para o consumo interno, uma vez que, em toda a América Latina, se estabeleceram, historicamente, colonialismos internos entre os polos da acumulação e as suas "hinterlândias" que se reproduzem, via de regra, com o apoio daqueles que ocupam os postos centrais dos comandos a política nacional. Ou seja, no âmbito das contradições e dos conflitos que caracterizam a dinâmica social em cada país, torna-se necessário construir um Estado que é forte do ponto de vista de sua capacidade de transformar o direito à educação, saúde e segurança alimentar em realidade para todos os cidadãos definindo, inclusive, este desafio como prioridade número 1 das políticas de segurança pública, mas que ao mesmo tempo, "cultiva" o incentivo à implementação de cadeias reprodutivas sustentáveis em nível local para poder enfrentar, com afinco, as profundas polarizações sócioespaciais entre e dentro das regiões do território nacional. Sem esta segunda dimensão, a política, depois mercantilização durante o reino do fundamentalismo de mercado o risco de passar por um processo de "estatização" no sentido de se tornar objeto principal das decisões de uma tecnoburocracia corporativa que, ciosa de sua valorização, define, *ex cátedra*, o caminho a ser seguido pelo país inteiro, dificultando, assim, a constituição de

ambientes locais favoráveis à implementação de cadeias (re)produtivas endógenas.

Por outro lado, estratégias de proteção e de uso sustentável das áreas amazônicas, certamente, têm mais chances para prosperarem, se fizerem parte de projetos nacionais e inter-regionais que entendam como seu *overall goal* a implementação de biocivilizações que visem "o uso múltiplo biomassa terrestre e aquática como alimentos humanos, ração para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção, fibras, plásticos e bioprodutos da química verde e das bioreferências do futuro, fármacos e biocosméticos." (Sachs, 2009). Esta concepção de biocivilização, para os países tropicais, sem dúvida, uma perspectiva altamente promissora de desenvolvimento, não abre apenas a chance de associar a saída da era das energias fósseis com a geração de ocupação, emprego e renda em escalas maiores. Ela, também, faz pensar na hipótese de que, caso se esteja se reproduzindo na base do uso sistemático dos seus recursos naturais renováveis, as sociedades latino-americanas podem se sentir mais motivadas para resgatar as suas culturas indígenas e o respeito milenar que as mesmas têm desenvolvido pela diversidade socioambiental.

V

Nos países andino-amazônicos, as culturas indígenas que, ainda representam um elenco de memórias vivas e presentes no cotidiano lembrando, inclusive, da íntima relação das raízes da vida social com do natural, continuam resistindo ao reino da racionalidade instrumental do "inevitável branco" (Alejo Carpentier) que "conquistou o globo geograficamente, o plainou culturalmente e está na iminência de esgotar seus recursos naturais." (Schmidt 1994, p. 362, tradução do autor).

No entanto, de que maneira as sociedades latino-americanas usar de fato, esta memória e, certamente, uma incógnita. Neste contexto, cabe destacar que a civilização ocidental e a sua tendência de mercantilizar todas as

expressões socioculturais estão presentes, de uma ou de outra forma, nos corações e nas mentes da população das regiões periféricas de mercado mundial fazendo com que os sonhos do desenvolvimento mimético, por mais que se realizem apenas para minorias sociais nesta parte do nosso planeta, não tenham perdido a sua atratividade. No que diz respeito à perpetuação destes sonhos, a civilização ocidental, em grande parte, está ligada ao fato de que os países altamente industrializados continuam pregando as virtudes santificadas da sustentabilidade e, ao mesmo tempo insistem em praticar os vícios antiecológicos do *american/ european way of life*. Desta maneira, além de transformarem as suas próprias discussões sob o futuro da humanidade numa controvérsia sobre o programa musical "Titanic" (Amery 2005, p. 165, tradução do autor), mostram, nitidamente, que no hemisfério Sul, "as soluções" dificilmente virão do Norte. Precisam ser concebidas e implementadas em casa! No caso da Amazônia, e mais especificamente no caso da Amazônia brasileira, cabe dividir os problemas a serem enfrentados e "solucionados", em dois grandes blocos que envolvem:

1-a crescente concentração demográfica da população regional em zonas urbanas, que além de traduzir a dinâmica da polarização socioespacial do processo de ocupação da região, introduz um elenco de desafios socioeconômicos (favelização do espaço, informalização do trabalho, aumento da vulnerabilidade social e da violência etc.) que, nas condições anuais, supera de longe a capacidade gerencial dos administradores regionais:

2- a necessidade imperiosa de desenvolver e implementar estratégias de preservação e de manejo que permitam manter a floresta em pé, uma área, aliás, onde é preciso mais ação e menos discurso

Contudo, não há falta de opções promissoras de uso dos recursos naturais para enfrentar esses dois blocos de problemas. A título de exemplo fazemos questão de mencionar, como possíveis linhas de ação:

- 1- a implementação de estratégias de segurança alimentar para as populações de baixa renda no campo e na cidade através do fortalecimento do empreendedorismo popular,
- 2- políticas de incentivo à criação de cadeias produtivas que usem sustentavelmente a rica biodiversidade para as demandas dos mercados (inter) nacionais;
- 3- programas de aproveitamento sistemático do potencial da pesca e da piscicultura diante da insuficiente oferta internacional de peixes e, *last but not least*;
- 4- iniciativas de reflorestamento em áreas alteradas bem como políticas de *avoided deforestation* que, diante da necessidade global da mitigação do efeito estufa, representam, em princípio, uma nova fonte de mobilização de recursos financeiros em benefício da sociedade amazônica⁶.

A existência de oportunidades, não diz nada sobre as potencialidades de sua realização. Considerando que a realidade amazônica coloca lado a lado as tendências da destruição socioambiental com opções de desenvolvimento que abrem perspectivas de um futuro virtualmente mais sustentável, os *decision makers* das administrações públicas precisam institucionalizar um padrão novo e inovador de aprendizagem social que põe os atores da sociedade regional à altura dos problemas e das possíveis soluções em seus respectivos territórios. Isto exige, de qualquer maneira, pesados investimentos públicos nas áreas da educação, da ciência e da tecnologia.

Neste contexto, cabe lembrar os baixos níveis educacionais da população das faixas etárias de 7 até 24 anos e as altas taxas do analfabetismo pleno funcional da população adulta, demonstrando que, em

⁶ Neste contexto, cabe fazer referência ao povo Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG) que, em parceria com a FUNAI, Ministério Público Federal-PA e a Universidade Federal do Pará, deslanchou uma negociação com Empresa C-Trade sobre desmatamento evitado no mercado voluntário de carbono nos Estados Unidos (Diário do Pará, 19 04, 2009, A6 Belém).

toda a Amazônia brasileira, os sistemas de educação formal das instituições municipais estaduais continuam andando "a passos de cagado". Além disso, o próprio conteúdo curricular, elaborado por especialistas das cidades, distancia, de regra, as crianças e os adolescentes da natureza e do saber empírico, do seu ambiente local no interior, pregando, assim, na melhor das hipóteses de forma involuntária, a superioridade da cultura urbana, contribuindo desta maneira, para o êxodo rural que normalmente transforma os pobres do campo em ocupantes dos espaços favelizados dos sítios urbanos. Cabe acrescentar, ainda, que os investimentos públicos em linhas de educação profissionalizante que devem focalizar e priorizar as vocações econômicas das microrregiões são, para dizer o mínimo, tímidos e insuficientes. Trata-se de um dado extremamente preocupante uma vez que, diante vigente quadro da economia da Amazônia, o empreendedorismo popular associativo, por mais que atualmente represente "uma muda ainda frágil, que, certamente, precisa de muita água e bastante adubo para virar planta uma planta resistente e vigorosa," (Mitschein, Chaves 2008, p. 184), deve ser encarado como um dos instrumentos fundamentais para combater, em médio prazo, o subemprego e desemprego estruturais.

No que concerne à ciência e à tecnologia, os responsáveis por estas áreas no contexto regional vivem reclamando que, toda a Amazônia brasileira dispõe de menos doutores do que a Universidade de São Paulo (USP). Referem-se, desta maneira, às disparidades inter-regionais que caracterizam o Brasil de um modo geral e contra as quais, em seu campo específico e com toda a razão, estão mobilizando as suas energias. No entanto, no contexto da capacitação e da promoção de jovens cientistas e tecnólogos é preciso ter cautela! Por mais que seja indiscutível que a qualificação do quadro técnico-científico nas universidades amazônicas tem que avançar; ao mesmo tempo é imperioso dar aos estudantes e docentes de todas as disciplinas a condição de se familiarizarem com a história da racionalidade Instrumental e a sua íntima ligação com os poderes econômicos e políticos – ou, como diriam Adorno e Horkheimer, com a história da relação "razão obsoleta" e a "dominação cega" – e com o mais recente processo de secularização da ciência cuja essência

Ulrick Beck (1986, p. 271, tradução do autor) descreve com as seguintes palavras.

"De um lado, a aspiração explicativa da ciência se refugiou na hipótese, ou seja, na suposição sujeita à revogação. Por outro, a realidade se dissipou em dados que estão sendo produzidos. Desta maneira, os fatos – as antigas peças celestiais da realidade – são nada mais do que respostas perguntas que poderiam ter sido formuladas de outra forma. São produtos, feitos através de regras, que definem, o que deve ser levado em conta e que deve ser desconsiderado. Um outro computador, um outro especialista, um outro instituto – uma outra 'realidade'. Seria um milagre se fosse diferente, um milagre e não ciência. (...) A ciência se torna humana. Ela está cheia de equívocos e erros. (...) Quando três cientistas estão juntos, chocam quinze opiniões."

Na medida em que a comunidade acadêmica na Amazônia se relacionar de maneira sistemática, com a história da relação entre "a razão obsoleta e a dominação cega" e com as implicações da secularização da ciência, ela, em tese, abrirá perspectivas para:

- 1- criar cada vez mais anticorpos contra a "doença do academicismo mimético" que se manifesta na vontade do mais periférico querer copiar aqueles que estão, aparentemente, mais próximos dos centros científicos tecnológicos do mundo,
- 2- internalizar, de fato, que, como escrevem os autores indianos Chand e Gupta (1998, p 19), "*no particular knowledge system, dominant or otherwise, is adequate for ensuring the sustainability of development*".

Desta maneira, o mundo acadêmico poderia se sentir sensibilizado a reconhecer as limitações da "*mathesis universalis*" de René Descartes que historicamente, abre as portas para a ciência moderna e que, pelo fato de encarar o saber tradicional como algo que "em sua totalidade errado" (Welsch1988, p. 71), incentiva avaliações das culturas tradicionais como coisa do passado que "atrapalha" o desenvolvimento de hoje. Daria, assim, um passo importante para institucionalizar, de fato e de maneira operativa, as bases de um diálogo produtivo com as populações indígenas, cujos antepassados manejaram milenarmente os ecossistemas tropicais sem

deteriorá-los. A construção de um diálogo deste tipo, em tese, é benéfica para ambos os lados. Os representantes da comunidade técnico-científica estariam aptos para descobrir, com mais facilidade, a sua vocação amazônica assumindo, inclusive, como imperativo categórico a defesa do direito à diversidade sociocultural e ambiental. E os povos tradicionais poderiam receber o apoio dos primeiros na elaboração e implementação de projetos que associassem a questão do desenvolvimento local em suas terras com dois problemas que são de alcance global, já que atingem a humanidade como um todo, a saber: a mitigação de mudanças climáticas e a proteção da biodiversidade. Certamente, poderiam construir, assim, alianças importantes em defesa da diversidade da vida amazônica.

REFERÊNCIAS

Acosta, Alberto: El buen vivir, una oportunidad por construir, in: Ecuador Debate, 28 de diciembre del 2008.

Beck, Ulrich: Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne, Frankfurt am Main 1986.

Beck, Ulrich: Die Erfindung des Politischen, Frankfurt am Main 1993

Beck, Ulrich: Weltrisikogesellschaft, Weltoffenheit und globale Subpolitik, Wien 1997.

Bericht der Nord-Süd-Kommission: Das Überleben sichern. Gemeinsame Interessen der Industrie- und Entwicklungsländer. Mit einer Einleitung des Vizepräsidenten Willy Brandt, Köln 1980

Capra, Fritjof: O Ponto De Mutação. A ciência, a Sociedade e a Cultura emergente, São Paulo 1982

Chenery, H. B.; Strout, A. M.: Foreign Assistance and Economic Development, in: Economic Development Review, No. 56, 1966.

Ceron Solarte, Conrado Benhur: Manejo Sostenido de la Selva Pluvial: los Aw Kwaiker en relación con otros grupos indígenas de Tierra Firme, in: Flore Claudio M.; Mitschein, Thomas A. (orgs): Realidades Amazónicas No Fim D Século XX, Belém 1990, Série Cooperação Amazônica 5.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum, Rio de Janeiro 1991.

Global 2000: Der Bericht an den Präsidenten, Frankfurt am Main 1980.

Herreira, A. et al.: Die Grenzen des Elends. Das Bariloche Modell, Frankfurt am Main 1976.

Duerrenmatt, Friedrich: Die Physiker, Zuerich 1962.

Eder, Klaus: Die Vergesellschaftung der Natur. Studien zur sozialen Evolution der praktischen Vernunft, Frankfurt am Main 1988.

Gorz, André: Wege ins Paradies, Berlin 1983.

Hobsbawm, Erik: Era Dos Extremos. O breve século XX 1919-1991, São Paulo, 1996.

Horkheimer, Max; Adorno, Theodor, W.: Dialektik der Aufklärung Philosophische Fragmente, in: Adorno, Theodor, W.: Gesammelte Schriften, Bd. 3 Frankfurt am Main 1984.

Jablokow Alexei: Oekologische Ignoranz und oekologisches Abenteuerertum. Sperren auf dem Weg der Umgestaltung, in: Afanassjew, Juri (Hrsg. Es gibt keine Alternative zur Perestroika: Glasnost Demokratie Sozialismus, Noerdlingen 1988.

Klein, Naomi: Die Schocktherapie. Der Aufstieg des Katastrophenkapitalismus Frankfurt am Main 2007.

Lenin, Wladimir, Ujitsch: Ausgewaehlte Werke. Band III, Berlin 1970.

Luxemburg, Rosa: Die russische Revolution, in: Grassi, E.: (Hg): Rosa Luxemburg Schriften zur Theorie der Spontaneitaet, Reinbek 1970

Marchin Brito, Jimmy: Selva, Pastos e Modulos: el processo de cambio sócio cultural entre los Shuar de Morona Santiago, in: POEMATROPIC, Número 5, Janeiro/Junho de 2000.

Marx, Karl: O Capital. Livro 1, Rio de Janeiro 1980.

Meadows, Dennis H. et al: Die Grenzen des Wachstums, Stuttgart 1972.

Mires, Fernando: Die Indios und das Land oder: Wie Mariategui die Revolution in Peru begriff, in: Lateinamerika. Analysen und Berichte 3. Verelendungsprozesse und Widerstandsformen, Berlin 1980.

Mitschein, Thomas: Die Dritte Welt als Gegenstand gewerkschaftlicher Theorie und Praxis. Zur Analyse der internationalen Politik metropolitaner Gewerkschaften, Frankfurt/New York 1981.

Mirschein, Thomas, Magave, Jair, Junqueiro, Ronald (orgs): Amazônia Alianças em Defesas Da Vida, Belém 1994.

Mitschein, Thomas A.; Miranda, Pedro S.: POEMA: A proposal for sustain Amazonia, in: Schreiber, Vicky (org): Vias De Desenvolvimento Sustentável. As Dimensões do Desafio, Belém 1998, Serie POEMA 6.

Mitschein, Thomas, A.; Chaves, Jadson, F.: Desenvolvimento Local E Associativismo Empreendedor No Pará: Um desafio Politico, Belém 2008.

Mumford, Lewis: Mythos der Maschine. Kultur, Technik und Macht, Fran Main 1986.

Murray, Robert: Fordismus und Sozialismus, in Prokla 81, 20. Jahrgang, Dezember, 1990.

- Negt, Oskar, Kluge, Alexander: Geschichte und Eigensinn, Frankfurt an 1981.
- Offe, Claus: Griff nach der Notbremse, in: Kraushaar, W. (Hg.): Was sollen die Gruenen im Parlament?, Frankfurt am Main 1983.
- Posey, Darrel, A.: Os Kayapós e a Natureza, in: Ciência Hoje. Vol. 2, No 12 1984 Posey, Darrel, A., Oliveira, Adélia: Introdução à Relevância do Conhecimento Indígena, in: Ciência Kayapó. Alternativas contra a Destruição, Belém 1992.
- Rifkin, Jeremy: Acess. Das Verschwinden des Eigentums, Frankfurt/New York 2000.
- Rivas, Jorge: El Sangay: construyendo puentes entre la conservación e el desarrollo, in: POEMATROPIC, Número 5, Janeiro/Junho 2000
- Rivera Valladolid, Julio: Las Plantas en la Cultura Andina y en Occidente Moderno, in: Desarrollo o Descolonización en los Andes? Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, Lima 1993.
- Sachs, Ignacy: A criser janela de oportunidade para os países tropicas, in: Le Monde Diplomatique Brasil, [http:// diplo UOL. com. br/2009-02](http://diplo.UOL.com.br/2009-02).
- Saviniano, Pedro Miranda. Agricultura Familiar e a Verticalização do Processo Produtivo na Amazônia Paraense. In: Plantas Amazônicas e seu Aproveitamento Tecnológico. Belém 1993.
- Saviniano, Pedro Miranda et al.: Sistema Agroflorestal "Agricultura em Andares" lém 1999, Série POEMA 9.
- Sudam: II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo ra a Amazônia, Belém 1976.
- Varea, Anamaria (Coord.): Marea Negra en la Amazonia. Conflictos socioambientales vinculados a la actividad petrolera em el Ecuador, Quito 1995.
- Welsch, Wolfgang: Unsere postmoderne Moderne, Bamberg 1988.